

ESPAÇO, INDUSTRIALIZAÇÃO E ACUMULAÇÃO CAPITALISTA: UMA ABORDAGEM PARA O NORDESTE E O CEARÁ

Prof. Ms. Edilson Alves Pereira Júnior
Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Ceará
edilsonjr@uece.br

RESUMO

No artigo enfocam-se as novas combinações que se configuram na dinâmica econômica mundial e no espaço geográfico, tentando compreender a particularidade do caso cearense, especialmente através da industrialização que ora se consolida. A investigação do processo é desenvolvida com base na análise da acumulação capitalista e no papel desempenhado pelo espaço, posto como um mecanismo de exploração do grande capital. Todavia, os benefícios oferecidos pelas externalidades no Ceará são interpretados na mesma dimensão de importância que os demais componentes do processo, buscando-se reconhecer a ação eficiente da política econômica cearense na atração de investimentos industriais.

Palavras chave: Espaço, acumulação capitalista, industrialização do Ceará.

ABSTRACT

This paper are focused the new combinations that are configured in the world economical dynamics and in the geographical space, trying to understand the particularity of the case from Ceará, especially through the industrialization that for now if it consolidates. The investigation of the process is developed with base in the analysis of the capitalist accumulation and in the paper carried by the space, position as a mechanism of exploration of the great capital. Though, the benefits offered by the externalidades in Ceará they are interpreted in the same dimension of importance that the other components of the process, being looked for to recognize the efficient action of the from Ceará economical politics in the attraction of industrial investments.

key words: Space, capitalist acumulation, industrialization of Ceará.

Introdução

Os vários aspectos da realidade são responsáveis pela renovada percepção de tempo e espaço que atualmente presenciamos. A partir dos valores impostos pelos novos acontecimentos no plano global, a sociedade reorganiza a sua realidade e incorpora novas velocidades que se difundem pelo espaço sem em nenhum momento homogeneizá-lo. A multiplicidade de questões econômicas e espaciais trazidas a partir da emergência de todas essas transformações vem redefinindo velhos esquemas de organização socioespacial que parecem substituir sistemas anteriores.

Pretende-se nesse artigo fornecer algumas indicações para a leitura das novas configurações que se materializam na dinâmica econômica mundial e no espaço geográfico, moldados, cada vez mais, pelas diferentes combinações engendradas através da acumulação capitalista.

Outro eixo de discussão construirá a interface da dinâmica mundial com a sua representação na escala regional e local, onde a problemática será trazida ao Estado do Ceará através de sua recente industrialização. Tentar-se-á compreender a periodização da indústria no Nordeste e no Ceará através da investigação das principais fases de desenvolvimento do setor secundário nessas regiões. O recente processo de industrialização da economia cearense e a compreensão da lógica espacial assumida pelos novos investimentos conduzirão o debate à sua análise final.

A Dinâmica da Organização Desigual do Espaço e a Acumulação Capitalista

O mundo deste início de século se depara com um turbilhão de transformações sem precedentes. Estamos experimentando um momento de complexidade em que as ações confundem pela velocidade e atingem aqueles que, por uma ousadia a mais, procuram esgotar a realidade com previsões. Até mesmo a terminologia disposta a dar conta do processo é variada e parece algumas vezes construir um quadro

confuso na interpretação do período que se forma. Entre os “rótulos” atribuídos à sociedade atual e aos estágios evolutivos de transição, é comum ouvirmos os mais diversos termos, de “sociedade programada” a “sociedade do capitalismo avançado”, passando por “sociedade pós-materialista”, “sociedade tecnocrônica”, “sociedade pós-industrial”, entre outros.

A maioria dessas expressões objetiva explicar as conseqüências produtivas e comportamentais de um novo jogo de relações responsável por transformações significativas no entendimento dos processos sociais. É assim que fenômenos como a dinamização das relações financeiras internacionais, o avanço acelerado das tecnologias e a aplicação cada vez maior da informação como elemento na produção material impõem-se como razão determinante de um novo quadro que vem redesenhando as relações socioespaciais.

No plano espacial, o que se vê é uma nova definição de distância, na qual as antigas barreiras físicas não são mais restrições importantes ao sistema produtivo. Temos um avanço tecnológico preparando o ambiente para o conjunto de trocas globais. Podemos falar até mesmo de uma rede mundial de competitividade ou de um mercado financeiro globalizado, um sistema de interação que elege o momento atual como o mais avançado no processo das relações econômicas internacionais.

Entretanto, não há razões concretas para uma deflagração metafórica acerca do desmoronamento de uma “era”. Conforme aponta Soja (1993: 206)

[...] a geografia histórica do capitalismo não tem sido marcada por grandes reviravoltas e substituições completas de sistemas, mas, antes por uma seqüência evolutiva de reestruturações parciais e seletivas, que não apagam o passado nem destroem as condições estruturais profundas das relações sociais e espaciais capitalistas.

O que vem se configurando nas últimas décadas, segundo esse autor (ibid), não são substitutos completos das “antigas divisões”, haja vista que elas não só permanecem vivas como também estão em plena atividade. A nova organização espacial evidenciada pelo capital aplica-se muito mais à tentativa deste último de estabelecer novas condições de lucratividade e reforçar o ataque aos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Nesse sentido, o novo quadro de relações regionais e internacionais não “justifica uma corrida ingênua e simplista ‘ao pós’ – pós-industrialismo, pós-capitalismo, pós-marxismo – que insista no derradeiro fim de uma era, como se o passado pudesse ser descascado e jogado fora” (idem, ibid.: 206). Fundamentado numa lógica de expansão territorial, o capital continua produzindo diversidades regionais, seja no centro, seja na periferia do capitalismo, o que comprova a continuidade de um modelo excludente e geograficamente desigual.

Não poderia, contudo, ser diferente. Em decorrência da própria natureza do capitalismo, toda organização territorial produzida sob a égide desse sistema se destaca como uma estrutura hierárquica de níveis diferentes de produtividade. O desenvolvimento geograficamente desigual é uma parte essencial da espacialidade capitalista, sendo característica de fundamental importância para o crescimento de suas taxas de acumulação.

Esse fenômeno é confirmado por Mandel (1982), quando analisa o desenvolvimento experimentado pelo capitalismo desde suas origens até a fase atual(1). Na concepção do autor, esse modo de produção apresenta múltiplas seqüências de expansão e estagnação, no qual o *móvel* para a superação das crises será sempre a procura por *superlucros*.

Ao interpretar Mandel, Soja (1993) informa que “a busca de superlucros gira em torno de três fontes fundamentais, duas delas primordialmente definidas em torno da diferenciação espacial (subnacional e internacional), e a terceira, em torno do desenvolvimento setorialmente desigual”. É conveniente, todavia, esclarecer que, embora cada uma dessas fontes alcance uma proeminência particular nas diferentes fases do capitalismo, todas elas estão presentes na história desse modo de produção, mantendo entre si uma ligação estrutural(2).

Para uma compreensão mais clara da importância da diferenciação espacial na conquista de superlucros, é preciso ver como cada uma das fontes citadas se destaca nas três fases de

desenvolvimento do capitalismo. Segundo Mandel (apud SOJA, *ibid.*: 1993), durante a fase em que ele denomina de *era do capitalismo de livre concorrência*, “a forma predominante dos superlucros derivou da justaposição regional da indústria e da agricultura nos países então capitalistas avançados, justaposição essa que estava profundamente imbricada nas relações entre a cidade e o campo”. Isso se deu por conta de fatores importantes, naquele momento concentrados nos primeiros países industrializados, como, por exemplo, a abundância do exército industrial de reserva; a fragilidade das lutas operárias; a *troca desigual* de mais-valia entre a jovem indústria e a agricultura e a disposição de áreas de livre acesso para os investimentos. O que ocorreu durante o século XIX, nesse sentido, foi muito mais um desenvolvimento desigual e combinado, estruturado numa escala regional; uma expansão fundamentada na relação cidade/campo que marca as origens do capitalismo.

Toda essa situação de relativa imobilidade espacial começou a se alterar no final do século XIX. A partir de novos elementos como o reforço da luta operária e o rápido acréscimo no volume do capital, iniciou-se forte movimentação de investimentos para as regiões menos desenvolvidas, o que caracterizou a fase *imperialista* do capitalismo(3). Os superlucros passaram, então, a ser extraídos principalmente por intermédio da exportação de capitais ociosos para a agricultura/mineração de países periféricos, aumentando a composição orgânica nesses setores e diminuindo os preços das matérias-primas. Da mesma forma, em função do enorme exército industrial de reserva, iniciou-se uma pressão pela queda dos preços da força de trabalho nos países dependentes (BEHRING, 1998).

Assim, ao mesmo tempo em que assume uma feição monopolista e oligopolista, o capital se recupera da depressão do final do século XIX, configurando num plano internacional o seu modelo de desenvolvimento desigual e combinado. “A justaposição internacional de desenvolvimento (nos Estados imperialistas) e subdesenvolvimento (nos territórios coloniais e semicoloniais) tornou-se mais importante para o capitalismo do que a diferenciação regional subnacional” (SOJA, 1993, p.200).

É preciso enfatizar o fato de que, apesar de assumirem envergadura internacional, os superlucros continuam a ser extraídos a partir da diferenciação regional subnacional, mesmo que sua importância vá se tornando gradativamente decrescente. A internacionalização do capital, nesse sentido, não elimina as disparidades regionais nos países centrais. O que ocorre é muito mais uma redução das antigas desigualdades, haja vista que as periferias agrárias passaram a ser urbanizadas, mas, em contrapartida, as regiões que continham as principais capitais imperialistas tenderam a crescer em grau mais acelerado.

Malgrado, porém, a acumulação evidenciada pela sua fase imperialista (primeiras décadas do século XX), o capitalismo logo voltou a mergulhar numa outra crise, sendo esta de proporção muito significativa, resultando na Grande Depressão da década de 1930. Para Mandel (1982, p. 70), esse foi o momento de importantes mudanças na fonte primordial dos superlucros. Ele marca a redução dos ganhos proporcionados pela desigualdade espacial e o início de maior acumulação a partir da “justaposição industrial global de desenvolvimento em setores dinâmicos e subdesenvolvimento em outros”. Entramos numa fase que o autor chama de capitalismo tardio, regime que, ao contrário de esgarçar o capitalismo monopolista clássico, se sobrepõe a ele como uma camada, preservando todos os seus antecedentes residuais.

No capitalismo tardio, a combinação diferenciada de fontes de superlucros continua envolvendo a dimensão espacial (regional e internacional); todavia, o maior destaque agora passa a ser dado aos diferentes setores da economia, sendo os mais inferiores responsáveis pela transferência de excedente para os mais dinâmicos. Como acentua Mandel (1982, p.70), “sem a existência de ramos industriais subdesenvolvidos, não teria havido transferência de excedente para os chamados setores dinâmicos, nem a aceleração correspondente da acumulação do capital nos últimos 25 anos”.

A disponibilidade e a manipulação de novas tecnologias se transformam em base fundamental para a reestruturação econômica experimentada no capitalismo tardio, uma vez que “determinadas indústrias, bem como ramos e empresas específicos dos setores industriais, foram sendo cada vez mais diferenciados em termos de produtividade, lucratividade e controle da força de trabalho” (SOJA, 1993, p.207). Com efeito, verdadeira revolução tecnológica tomou forma nas últimas décadas, culminando na transformação dos caminhos seguidos pela indústria e pelos demais setores da economia.

Somado a isso, o Estado também passa a intervir mais veementemente no sentido de disciplinar a reprodução ampliada do capital. Por meio da administração das contradições sociais, mas, sobretudo, possibilitando um melhor arranjo de produtividade e flexibilidade ao processo de trabalho, o Estado se impõe como instância institucional imprescindível para disciplinar os ganhos proporcionados pelo desenvolvimento setorialmente desigual (inclusive articulando a mobilidade de setores do capital para lugares onde o barateamento dos custos da mão-de-obra é significativo).

Também é nessa fase que se verifica a industrialização acelerada de alguns países do mundo subdesenvolvido, prova contundente de que o espaço não deixa de se apresentar como mecanismo importante na busca de superlucros. Segundo Mandel (1982), isso se explica pelo deslocamento de centros de produção das transnacionais para países com salários e preços de matérias-primas mais baixos. Por apresentar um mercado interno reduzido, não constituindo uma via de absorção efetiva de produção, esses países acabaram assumindo um modelo de industrialização baseado, principalmente, na “superexploração dos trabalhadores”.

Mesmo com a importância crescente da reestruturação tecnológica e setorial, o capitalismo tardio não eliminou a exploração do espaço como fonte de superlucros. As tendências que sugerem uma transformação radical dos mecanismos de organização produtiva (ou mesmo do capitalismo) parecem desconhecer ou ignorar esse fato, sendo muitas vezes até confundidas por estratégias que no fundo representam novas roupagens do esquema de apreensão e consumo do espaço pelo capital.

Contudo, apesar de não representar uma ruptura definitiva com as velhas fontes de acumulação, o novo quadro de reestruturação, de fato, implica mudanças expressivas na atual dinâmica de organização do espaço. A especialização flexível e a desintegração de velhos obstáculos territoriais vêm proporcionando ao capital uma mobilidade sem precedentes na escala mundial. Agora, tanto é possível integrar o espaço mundial, através de uma rede de investimentos e financiamentos, como separar o processo produtivo industrial em diferentes lugares. Os novos meios de conexões e telecomunicações suplantam qualquer limite criado pela descontinuidade geográfica global.

Por conta da acentuação do desenvolvimento setorialmente desigual, “regiões centrais antes altamente prósperas e industrializadas têm experimentado um declínio e desindustrialização econômicos acelerados, enquanto muitas regiões periféricas pobres converteram-se em novos centros de crescimento industrial e expansão econômica” (SOJA, 1993, p.208). Esse aspecto de reestruturação também ocorre em escala subnacional, haja vista que uma série de investimentos industriais vem proporcionando aos novos lugares (lugares ainda não orientados plenamente pela lógica do capital) mudanças significativas na sua estrutura produtiva e setorial.

O processo se caracteriza, sobretudo, pela transferência de segmentos tradicionais da indústria para lugares onde não estavam constituídas plenamente as condições necessárias de desenvolvimento capitalista. Verifica, a partir daí, uma reestruturação espacial (seja ela internacional ou subnacional) fundamentada numa perspectiva de desigualdade setorial. Para Soja (1993, p.208), “é nesse ponto que os cenários setoriais e espaciais da reestruturação contemporânea convergem e reverberam, acelerando os ciclos de exploração nos planos vertical e horizontal do desenvolvimento desigual”.

Nesse sentido, ao procurar interpretar os movimentos que norteiam o atual processo de reestruturação capitalista, não podemos esquecer o papel dos componentes que se mostram imprescindíveis para a reprodução desse modo de produção.

Inserido no processo, o ordenamento desigual do espaço ainda se mostra crescentemente eficaz como fonte de manutenção dos superlucros. Trata-se de uma evidência contundente de que, mesmo com as recentes mudanças tecnológicas, sua importância política e econômica não deixa de se fazer presente na organização da vida social. Por fim, com respaldo em Soja (1993, p.209), podemos confirmar tal importância reconhecendo que “a instrumentalidade das estratégias espaciais e locais da acumulação do capital está sendo revelada com mais clareza hoje do que em qualquer outra época dos últimos cem anos”.

Expansão do Capital e Industrialização do Nordeste e do Ceará

O entendimento da inserção nordestina e cearense no ordenamento do capitalismo internacional passa por uma interpretação concreta da realidade que aí se consubstanciou. Diante do exposto no item anterior, observamos que o desenvolvimento capitalista envolve condições e efeitos que não se realizam geográfica e historicamente da mesma maneira. Desse modo, é preciso evitar uma interpretação “modelar” e situar em seu lugar uma investigação mais definida acerca da realidade que emergiu nas áreas mencionadas.

O recente avanço das forças produtivas na região Nordeste está intimamente ligado à industrialização experimentada pelo Brasil na fase do capitalismo tardio. É a partir desse processo que começam a ser acentuadas diferentes posições regionais nos ramos de produção, garantindo ao capital (nacional e internacional) maiores taxas de acumulação no Território nacional.

Iniciada em meados da década de 30 do século passado, a industrialização brasileira é resultado, entre outros fatores, de um “afrouxamento” dos laços de submissão que atavam a economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo imperialista. Foi nesse momento que o país começou a passar por grandes mudanças em seu padrão de organização econômica, porquanto a recessão mundial no “entre guerras” e o grau de capitalização gerado pelo café dinamizou o setor secundário através de um processo crescente de substituição de importação. Nascia o domínio da indústria sobre o ritmo das atividades econômicas brasileiras, uma reestruturação que gradativamente suprimia o antigo papel desempenhado pelo modelo agrário-exportador. Entretanto, o novo processo ainda sofria várias restrições: a base técnica, agora concentrada em São Paulo, era estreita e não dispunha de um adequado departamento produtor de bens de produção.

Só a partir dos últimos anos da década de 50, o Brasil viu-se capturado pelas forças do capital oligopolista. Este lhe aplicou vultosos investimentos e alterou radicalmente a sua estrutura produtiva. O Estado também assumiu um papel atuante se responsabilizando pela montagem de uma infra-estrutura condizente à reprodução dos pesados investimentos que começou a chegar do Exterior. Como não seria de se espantar, a industrialização foi o meio utilizado para dar a luz ao conjunto de transformações que se generalizava no País, a se destacar: o desenvolvimento qualitativo da tecnologia voltada para a elevação da capacidade produtiva; a impressionante expulsão da população rural em procura das grandes cidades e a maior integração do Território nacional.

O Nordeste brasileiro começou a se inserir nesse cenário logo a partir do começo dos anos 1960. O acelerado impulso industrial na região se traduziu como um resultado da expansão dos investimentos desse setor pelo Território nacional, mas a atividade industrial nordestina não nascia nesse momento. Desde o final do século XIX, algumas cidades da região já possuíam um parque industrial pertencente a um poder oligárquico familiar. Havia ponderável produção de charutos e cigarros, chapéus, carroças, couros e peles, cimento, mas o grande destaque veio para as indústrias açucareira, têxtil e de óleos vegetais (ANDRADE, 1981).

Naquele momento, as relações sociais e políticas na região se estruturavam de tal forma que o Estado atendia apenas aos interesses das oligarquias locais. O que se via era um conjunto de lutas políticas contracenadas pelas oligarquias canavieira (defensora dos interesses da burguesia industrial e comercial urbana) e sertaneja (com base econômica centralizada no algodão/pecuária e política no “voto do cabresto”). Segundo Smith (1985, p.4), “estas oligarquias exerciam pleno controle social, dentro das condições de preservação de uma estrutura produtiva tradicionalista que foi se tornando gradativamente impermeável às forças de mercado e de mudança”.

Na verdade, a forma como se processavam a expansão capitalista nacionalmente e o isolamento relativo do Nordeste fazia com que os conflitos sociais na região se dessem de maneira específica sem que o sistema econômico e político nacional sofresse maiores perturbações. Até 1950, esses conflitos não constituíam ameaça para a consolidação e expansão nacional da dominação hegemônica burguesa (MARANHÃO, 1991).

Todo esse quadro começou a ser alterado em virtude da ascensão gradual e firme das forças populares, leia-se Ligas Camponesas e Sindicatos Rurais, responsáveis pelo rompimento da *pax agraria* e pela ameaça à hegemonia burguesa nacional. Somado a tudo isso, “as secas de 1951-53 e de 1958 se fazem acompanhar dos costumeiros clamores regionalistas, que incluem nesta última seca uma ênfase nas diferenças regionais que começam a ser geradas com base no novo avanço da industrialização” (SMITH, 1985, p.107).

Com efeito, a maioria dos mecanismos básicos que asseguravam o sistema de dominação em escala regional no Nordeste começou a ser destruída a partir dos anos 1960, com a instalação de um projeto econômico para a região. Tal projeto partiu da discussão levantada pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) de que o comércio internacional, da forma como estava posto, não levaria à superação do atraso das economias periféricas. “Para tanto, esse novo modelo defendia uma ação direta do Estado intensificando e coordenando a industrialização que vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações” (COSTA, 1997: 13).

As teorias cepalinas, contudo, se materializaram na Região, de fato, com base no relatório do GTDN (Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste). A idéia de criar um grupo nestes moldes surgiu diante do discurso das disparidades socioeconômicas entre o Nordeste e o Sudeste, acentuado a partir do avanço econômico deste último. Planejado pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o GTDN elaborou um diagnóstico, entre os anos de 1957 e 1959, em que propunha uma política para o desenvolvimento regional com base na industrialização(4).

A Superintendência de Desenvolvimento para o Nordeste – SUDENE, órgão de planejamento destinado a orientar as ações do Estado na Região, foi a instância organizativa que legitimou essa política. Através dos incentivos fornecidos pelos arts. 34/18, dispositivo que autorizava as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União, a SUDENE transformou a industrialização no eixo do crescimento econômico da Região e diminuiu os vínculos de complementaridade desta última com o setor agrícola local e o mercado regional.

Ao desvalorizar as atividades econômicas regionais, a SUDENE expôs claramente os reais interesses do projeto, que se distanciavam da tentativa de reduzir as desigualdades socioeconômicas regionais. Então, por trás de um discurso resistente estava o interesse de integrar o Nordeste a um mercado nacional capitalista sob liderança do Sudeste do país, “daí a ênfase dada anteriormente à política rodoviária e de implantação de grandes usinas hidrelétricas” (ANDRADE, 1981, p.52), pré-requisitos para o processo.

É possível verificar, nesse sentido, que os investimentos industriais para o Nordeste consistiam num instrumento de obtenção de superlucros com base na desigualdade regional. Utilizando-se do espaço para garantir sua reprodução, o capital garantiu o domínio empresarial do Sudeste sobre a Região, levou à falência atividades nordestinas tradicionais, incorporou milhões de camponeses a uma economia urbana de mercado e resolveu o problema dos emergentes conflitos de classe que assustavam a hegemonia burguesa nacional. Assim, de acordo com OLIVEIRA (1993), a burguesia industrial do Sudeste, ao caminhar para a hegemonia, submeteu as classes populares do Nordeste sem atacar-lhes diretamente num movimento que visava a evitar a confluência das forças populares em escala nacional. Estava confirmado o ataque pelos “flancos”, desenvolvido pela SUDENE no intuito de garantir os interesses do capital nacional e internacional na Região.

No final dos anos 1960 e início dos 1970, a deterioração do processo confirmou os reais interesses do novo programa de industrialização, desmistificando as expectativas sobre o desenvolvimento regional. No geral, a industrialização que se desenvolveu no Nordeste passou a acompanhar a dinâmica nacional, assumindo um papel de dependência em relação à burguesia do Sudeste, uma vez que nem envolveu o departamento de produção de bens duráveis de luxo nem o departamento dos bens de capital.

Finalmente, no tocante à localização das indústrias na Região, evidenciou-se acentuada concentração espacial, na qual as vantagens comparativas locais destacaram as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza como capitais mais propícias à implantação industrial em decorrência de suas

boas condições infra-estruturais. Segundo Ferreira (1995, p.161),

[...] das 910 indústrias incentivadas através do mecanismo 34/18-FINOR, 63,6% se localizavam nos estados da Bahia (19,5%), de Pernambuco (24,3%) e do Ceará (19,8%). Ademais, daquele total de indústrias incentivadas, 46,9% se localizavam nas regiões metropolitanas daqueles respectivos Estados. Sendo 17,4% na Região Metropolitana de Recife, 15,9% na de Fortaleza e 13,6% na de Salvador.

Somado a isso, no que se refere à origem do capital responsável para a instalação das indústrias nestes estados, somente na Bahia predominou a presença de investimentos externos, pois para Ceará e Pernambuco, o capital local foi o maior responsável pela consolidação das inversões (idem, *ibid.*).

Quanto ao período mais recente da industrialização nordestina, observamos que ele resulta das novas realidades da política brasileira, assim como da crescente internacionalização econômica no País. Esta última, hoje, consolida um processo de industrialização bem mais flexível em que o capital se articula estrategicamente pelo espaço, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior do Brasil torna-se constante. Com efeito, nova modalidade de competição financeira se ergue, colocando as unidades de Federação numa arena onde a arma mais eficaz é o benefício fiscal. A análise do processo no Estado do Ceará irá conceder uma noção mais completa para a atual situação.

Antes de explicitar as recentes estratégias industriais cearenses, necessário se faz compreender a periodização da atividade no Estado. A formação econômica cearense do período colonial se distanciou um pouco das outras economias nordestinas litorâneas. Enquanto os estados da Zona da Mata apresentavam suas economias baseadas na lavoura canavieira, o Ceará fundamentava sua organização econômica em função das necessidades de suprimento para as regiões agroexportadoras. Assim, a pecuária foi a primeira grande atividade econômica cearense, “responsável pelas primeiras atividades ligadas às transformações industriais”, bem como ao povoamento e à colonização do Estado (SILVA, 1994). Logo depois o algodão, produto bem adaptado ao clima semi-árido, se uniu às charqueadas (atividades ligadas ao consumo de carne), compondo a base para a organização econômica e espacial cearense. Nesse sentido, o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência não só estruturou a economia espacial cearense como também marcou profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra no Estado.

Apesar de seu caráter agroexportador, vieram do algodão as primeiras iniciativas industrializadoras do Ceará, representadas, principalmente, pelas empresas de fiação e tecelagem. Tais firmas, que se distribuíram por diversos municípios do Estado, uniram-se a outras nos ramos de curtume, metalurgia, tipografia etc., formando a identidade industrial cearense que predominou até a década de 60 do século XX.

“A implantação industrial, nessa fase, processou-se espontaneamente e foi realizada por grupos locais que conseguiram mobilizar os recursos financeiros disponíveis na região, adquiridos, sobretudo, através das atividades agrícolas e comerciais” (AMORA, 1994, p.124). No geral, a atividade se deu muito mais como um prolongamento da agricultura, porquanto se ocupou da transformação da matéria-prima local e se concentrou nas mãos de grupos familiares.

A partir da inserção das práticas desenvolvidas pela SUDENE, o Estado assegura a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional. Os incentivos fiscais passaram então a ser aplicados tanto na “modernização e/ou ampliação de velhas atividades existentes e implantação nos mesmos ramos dedicados ao beneficiamento de matérias-primas agrícolas, como também na instalação de novas indústrias consideradas pela SUDENE como de substituição de importações” (idem, *ibid.*: 127).

Esse novo momento começou, de fato, a consolidar o processo de industrialização no Ceará. Segundo Nobre (1989), a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Universidade Federal do Ceará possibilitaram, cada um a sua maneira, um impulso econômico e industrial muito significativo para o Estado, com destaque para a cidade de

Fortaleza. Também foi a partir dessa fase que o Governo estadual se mobilizou no intuito de aparelhar o Ceará para um maior acesso aos incentivos regionais e aos investimentos externos. Inicialmente, foi depositado maior esforço no aperfeiçoamento das condições infra-estruturais, no qual os destaques foram para a montagem de uma rede de distribuição de energia elétrica, a ampliação e melhoria de estradas e a maior eficiência nos abastecimentos e, logo em seguida, somavam-se os dispositivos prontos a fornecerem serviços de apoio técnico e financeiro ao setor(5).

Toda a mobilização empreendida pelos governos na tentativa de eliminar as barreiras para os investimentos na indústria só evidencia o esforço do Estado no sentido de facilitar a penetração dos mecanismos de produção/reprodução capitalista no espaço do Ceará. Orientado pelo processo industrial, o capital aos poucos foi revelando sua inserção no ordenamento socioeconômico local, culminando com o gradativo desgaste das práticas políticas conservadoras cearenses. Assim, lentamente, as relações de produção foram assumindo uma natureza mercantil, da mesma forma como a racionalidade capitalista foi suplantando obstáculos resistentes do ponto de vista da esfera política(6).

A ação das forças públicas se mostrou então imprescindível no que diz respeito a montagem e consolidação dos mecanismos de mercado no Ceará(7). O processo foi lento mas gradativamente foi evidenciando a materialização dos novos investimentos industriais. Com efeito, em 1978 a economia cearense assistiu à passagem de um sistema produtivo agrário-exportador para outro centralizado na indústria e no terciário. O que se observou a partir de então foi a superação do tradicional ordenamento econômico, na qual a antiga proeminência das atividades agropecuárias abriram espaço para uma economia moderna e dominada pelas relações eminentemente capitalistas.

Tal mudança, que vinha acompanhada no plano político por uma série de reformas, foi confirmada através do uso de políticas emblemáticas de incentivo à industrialização. Esse representou o período do II PLAMEG (II Plano de Metas Governamentais), plano elaborado no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982) e que procurava transformar o Ceará no III Pólo Industrial do Nordeste a partir de uma ação intensificada no setor.

Assumindo uma bandeira “desenvolvimentista”, o II PLAMEG concentrou suas propostas no crescimento do parque industrial e na implantação/consolidação de “distritos industriais” (principalmente em Fortaleza e Maracanaú). Segundo as palavras do próprio governador Virgílio Távora (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 1980, p.10), o plano visava a “efetuar a modernização e expansão do parque industrial do Estado [...], promovendo a transformação e modernização da economia estadual como um todo”.

A partir daí, diversos mecanismos financeiros foram criados na tentativa de garantir a materialização do III Pólo Industrial do Nordeste. Dentre eles, um merece atenção especial. Estamos nos reportando ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), mecanismo que constituiu importante instrumento de liberação de recursos para financiamento de projetos novos. O FDI, além de se ter mostrado o elemento mais original criado pelo II PLAMEG, acabou se tornando um instrumento de atração industrial mais eficiente do que as formas de apoio oferecidas pela SUDENE, BNDE, BNB etc. (CARLEIAL, 1983).

É preciso verificar, porém, que o crescimento das atividades industriais nesse período não trazem alterações significativas na estrutura industrial do Estado. Os maiores privilégios ficaram para os ramos têxtil, alimentar e de calçados, ou seja, vocações produtivas já tradicionais no Ceará(8). Situação parecida ocorreu com a distribuição espacial das riquezas industriais, a maioria absoluta dos investimentos se cristalizou no ambiente mais propício à sua reprodução, a Região Metropolitana de Fortaleza.

Os elementos que consolidam a economia de mercado são definitivamente incorporadas pelo Ceará a partir das mudanças políticas desencadeadas na década de 1980. Esse foi o momento no qual um grupo de “jovens empresários”, autônomos do poder local, se disseram dispostos a reestruturar as relações socioeconômicas do Estado e “libertá-lo” do domínio “anacrônico” dos “coronéis”. Acreditando representar a vanguarda do movimento econômico no Ceará, esse novo grupo empresarial se transformou num crítico do modelo de intervenção governamental, considerado por eles o maior entrave na busca pelo livre interesse de capitalistas e trabalhadores.

A primeira manifestação de rompimento se deu em 1978, com a revitalização do Centro Industrial do Ceará (CIC). Segundo Gondim (2000, p.414), “até então, era praxe que o presidente da conservadora Federação das Indústrias do Ceará (FIEC) assumisse também a presidência do CIC, mas essa tradição foi alterada pelo empresário Flávio Costa Lima, que abriu mão daquele cargo em favor de Benedito (Beni) Veras”. Esse era o “espaço” que os empresários “progressistas” precisavam para pôr em prática suas idéias modernizadoras. Desde então, a ação de Beni Veras e de seus sucessores passou a ser de objetivar a conquista do poder e com isso implementar políticas públicas que rompessem com o “desenvolvimentismo” do governo local(9).

O projeto político-econômico do CIC consistia primeiramente na retirada dos investimentos diretos do Estado, deixando a ele apenas o papel de propulsor do crescimento econômico. Num outro momento foi necessária uma recuperação das finanças públicas a partir de uma flexibilização da ação estatal no tratamento das demandas sociais. Foi exatamente isso que passou a ser implementado na “máquina estatal” cearense, com a conquista do poder pelos “jovens empresários” em 1986. Ancorados na crise do modelo econômico instituído pelas elites tradicionais, já não mais eficiente para os interesses do capital, e contando com a mobilização de novos atores políticos e sociais, os “jovens empresários” conseguiram eleger Tasso Jereissati para o cargo de governador, fazendo com que o projeto político do CIC fosse aceito como representante dos interesses gerais da sociedade.

Iniciou-se, com efeito, uma nova fase na organização política e econômica no Ceará, na qual a reprodução desse modelo de gestão, consubstanciada pela vitória de Ciro Gomes em 1990 e pela dupla reeleição do mesmo Tasso Jereissati em 1994 e 1998, de fato materializou os interesses do capital nacional e internacional no Estado. Fundamentadas numa filosofia burguesa/liberal, as práticas desse mais novo governo, conhecido como “Governo das Mudanças”, se traduziram no fortalecimento das tendências industrializadoras, na ampliação da infra-estrutura cearense, na atração de investimentos externos e na reestruturação do Estado baseada numa política de “privatização”.

Evidenciou-se, pois, uma ação político-econômica intensa, na qual a intervenção do Governo estadual aconteceu através de uma parceria com o capital privado. Segundo Abu-El-Haj (1997), entre os aspectos mais importantes desse novo “desenvolvimentismo”, o destaque veio para a atuação marcante do Estado na tentativa de conduzir o ordenamento econômico local à lógica do mercado, orientando também o crescimento industrial e o mercado consumidor. O papel do Estado, nesse sentido, era agora o de fomentar a abertura de espaços para assegurar a chegada/consolidação do capital industrial no Ceará.

Apesar da reforma administrativa e do saneamento nas finanças públicas, porém, os “governos das mudanças” não instituíram mudanças radicais no que diz respeito à política industrial do Estado. No geral, o que se verificou foi uma ênfase maior nas temáticas já abordadas e tratadas pelas elites tradicionais. Como afirma Abu-El-Haj (ibid.:337), “apesar do discurso, os ‘Governos das Mudanças’ iniciam um enfoque na área industrial com uma visão tipicamente desenvolvimentista e dependente da macro intervenção governamental”, uma posição que viola o princípio básico do CIC, segundo o qual a separação entre o público e o privado era condição essencial para alcançar a modernidade. Observa-se, então, que, mesmo se denominando responsáveis pela superação do anacronismo político dos “coronéis” Aduino Bezerra, César Cals e Vírgilio Távora, os “governos das mudanças” não foram muito além de uma revisão temática de seus métodos de industrialização.

Deve-se reconhecer, no entanto, o quanto as novas estratégias político-econômicas foram eficientes no sentido de integrar o Ceará numa nova economia de trocas nacionais e globais. Reagindo de maneira eficaz diante da gradativa falência dos programas regionais de apoio à industrialização, o Estado (e até mesmo alguns municípios) se impôs solidamente na conquista de investimentos industriais externos, desenvolvendo estratégias de financiamento e de benefícios fiscais. Com efeito, grupos empresariais já consolidados nacionalmente, sobretudo nos ramos têxtil e de calçados, optaram por abrir (ou transferir) grandes fábricas no território cearense (é o caso do Grupo Vicunha e Grendene). Além disso, projetos de expressiva dimensão foram desenhados no intuito de aparelhar a infra-estrutura(10) do Estado e reestruturar a natureza da sua produção industrial(11).

Por trás dessa significativa injeção de investimentos externos, encontrava-se um definido programa

de atração industrial no qual o principal instrumento de financiamento ainda era o FDI. Assim, ligeiramente alterado desde sua criação em 1979, o FDI passou a contar com um importante programa de subsídio e atração industrial no qual o principal instrumento de financiamento ainda é o FDI. Assim, ligeiramente alterado desde sua criação em 1979, o FDI passa a contar com um importante programa de subsídio e ampliação da atividade industrial, o PROVIN (Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas). De acordo com Almeida e Silva (2000, p.164), os investidores beneficiados com o PROVIN fazem “jus a um financiamento (empréstimo), após a quitação mensal do imposto (ICMS) devido, de 45% do valor pago, no caso de plantas localizadas na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), e de 75% para plantas localizadas fora daquela região”. Ainda segundo esses autores (2000, p. 164), “à época da quitação do empréstimo, as empresas terão um rebate sobre o valor a pagar, variando este valor em função da localização da planta. Ou seja, o rebate será de 40% para plantas localizadas na RMF e de 75% para as localizadas fora daquela região”. Por fim, ainda segundo Almeida e Silva, é possível constatar que “na efetiva liquidação do empréstimo as empresas na realidade obtêm um subsídio fiscal (uma renúncia fiscal do Estado) de 18% e 56,2% do empréstimo devido, para plantas localizadas na RMF ou fora dela, respectivamente”.

É preciso enfatizar que os investimentos ainda usufruem dos incentivos oferecido pelos órgãos nacionais e regionais como o FINOR (Fundo de Investimento do Nordeste), o FNE (Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste) e o BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), todos consumidos de maneira cumulativa aos já concedidos pelo FDI/PROVIN.

Podemos constatar, nesse sentido, que os novos caminhos tomados pela organização política no Ceará desde 1986 tiveram papel fundamental na promoção/intensificação do processo de industrialização do Estado. Dois componentes muito importantes, entretanto, precisam ser esclarecidos antes que algumas conclusões sejam tomadas de forma precipitada. Primeiro, não podemos nos referir a uma ruptura entre as políticas-econômicas organizadas pelos “governos das mudanças” e seus antecessores, freqüentemente chamados de “coronéis”. Ao analisar o quadro de maneira processual, percebemos como a modernização capitalista procura condições adequadas para garantir a sua acumulação, mesmo que tenha de destruir e reconstruir elementos resistentes no plano local. O desgaste do modelo político-econômico cearense no início da década de 1980, que também representava a falência de um modelo nacional, e a emergência de novos atores dispostos a reduzir os obstáculos para a expansão do capital evidenciam esse fenômeno.

Por outro lado, ao reconhecer o importante papel assumido pela política de incentivos na atração de investimentos externos, não devemos desconsiderar as fontes elementares de acumulação de superlucros pelo capital, na verdade as maiores responsáveis pela migração e fluidez deste último pelo espaço geográfico. Orientado pelas suas formas de expansão, o capital consolidou uma relação de simetria com os novos lugares, os quais permitem a sua penetração, mas, ao mesmo tempo, se apresentaram diante dele como importante fonte de mais-valia.

Ao analisar a recente trajetória econômica cearense, não podemos deixar de perceber que essa dinâmica também é uma manifestação bem projetada das atuais mudanças que se dão num plano nacional e mundial. A força da modernização capitalista legítima em seu território as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas globais. No Ceará, hoje, despontam, num plano mundial, os resultados da atual lógica flexível capitalista e, num plano nacional, as conseqüências advindas da abertura econômica ao capital hegemônico.

Considerações finais

Sabemos que as firmas capitalistas são constantemente impulsionadas à procura de novas oportunidades de crescimento da produção e de aplicação do capital acumulado. Também sabemos que todos os estratos do capital não possuem uma mesma lógica, fator que produz contradições na ordem social e implica diferentes formas de apropriação do espaço pelas forças econômicas. Ora, interpretar a ordem locacional da indústria a partir de um mercado equilibrado seria mera atividade de abstração, uma construção mental isolada da realidade. O mesmo acontece com a industrialização, quando pensada

meramente como resultado de atributos políticos e econômicos locais.

É preciso pensar tais questões a partir do processo de reprodução das relações sociais de produção. Só assim é possível compreender os diversos elementos que reorganizam as forças produtivas e verificar os instrumentos que orientam a ação do capital diante da apreensão de novas parcelas do espaço.

A nova dinâmica industrial que se consubstancia no Ceará, portanto, não se desvincula do recente processo de industrialização materializado no Nordeste. Integrado desde os anos 1960 a uma tendência de acumulação privada em que a participação do Estado se fez fundamental, a região assume, recentemente, nova articulação comercial e procura intensificar a exportação das suas indústrias a novos segmentos do mercado nacional e internacional.

Percebe-se, a partir daí, que o Ceará tem aprofundado a sua inserção no quadro econômico nacional, ficando a compreensão de suas atuais tendências remetida à compreensão do que se passa no País como um todo. Por sua vez, verifica-se que as novas tendências nacionais apontam para um maior controle dos investimentos a partir das decisões do mercado. Isso remete o Estado do Ceará a um distanciamento das políticas regionais até então predominantes, abrindo espaço para a sua recente política de atração de investimentos industriais na base de benefícios fiscais e programas estruturantes.

A industrialização do Ceará, um exemplo claro da deflagrada guerra fiscal assumida pelos estados brasileiros na década de 1990, se evidencia materializando investimentos que migram do sul do País em busca de novos lugares de reprodução e acumulação do capital. Esses investimentos, que definitivamente não correspondem aos investimentos de maior envergadura no País, procuram vantagens comparativas que lhes concedam maior competitividade diante de seus concorrentes externos. Aqui, acabam encontrando uma super-oferta de mão-de-obra e baixos salários, além da maior possibilidade de implantar racionalidades flexíveis nas relações de trabalho.

No Ceará, temos componentes que indicam muito mais do que uma simples anexação do lugar pelos interesses do capital industrial. Os referenciais de aceitação do Estado apresentam um peso tão significativo quanto o movimento de expansão da mais-valia. Sem as vantagens locais políticas e infra-estruturais já citadas, provavelmente outros lugares favoráveis à instalação industrial teriam sido privilegiados.

Isso concede ao Ceará um caráter seletivo, compreendido somente a partir de uma visão que preserve a “unidade”, em Milton Santos (1999), articulação imprescindível entre o universal e o particular. Essa seletividade só confirma a necessidade de uma apreensão que se fundamente no todo, óptica que não vê o particular como movimento separado, nem o encara como mero resultado de forças externas.

Dessa forma, atentando para a conjuntura que indica maior acumulação do capital no espaço brasileiro, mas, sobretudo, reconhecendo os componentes que garantem a sua aceitação no Ceará, podemos afirmar que a industrialização, de fato, vem consolidando mudanças importantes na dinâmica socioeconômica do Estado. O que vemos, a partir daí, são referenciais que apontam na direção de uma reestruturação, delineada pela nova dinâmica de ordenação do capital e materializada no espaço, condição, meio e concretização das relações sociais.

NOTAS

(1) Mandel (1982), ao organizar uma periodização para o capitalismo, distingue três fases na história do sistema: a de livre-concorrência (até o final do século XIX); a do imperialismo clássico (até as depressões do entre-guerras); e a do capitalismo tardio (a partir do pós-guerra).

(2) “É preciso não esquecer que a exploração de regiões agrícolas, a exploração de colônias e semicolônias e a exploração dos ramos de produção tecnicamente menos desenvolvidos não se limitam a suceder-se temporalmente como fontes principais de superlucros, mas que, além disso, coexistem lado a lado em cada uma das três fases do modo de produção capitalista” (MANDEL, 1982, p.73).

(3) “A concentração crescente do capital e os custos cada vez maiores de novos investimentos em setores que já haviam sido industrializados acarretaram inevitavelmente um rápido acréscimo no volume de capital que exigia novos campos de investimento. (...) A intensa exportação de capitais para regiões menos desenvolvidas (...), representou portanto uma resposta para todos esses problemas” (idem, *ibid.*: 55).

(4) Araújo (1984: 72) aponta que o GTDN via a industrialização “como a única saída para combater o atraso do Nordeste. O setor industrial deveria, antes de mais nada, funcionar como o elemento dinâmico da economia nordestina, ou seja, conduzir o crescimento do PIB regional”.

(5) Foram criadas no período a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de

Desenvolvimento do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE).

(6) Até esse momento, o processo político cearense expressava um perfil “coronelistas”, no qual uma das principais características era a existência de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupavam posições assimétricas na dimensão política e econômica (GONDIM, 2000).

(7) “Numa região pobre onde dominavam relações de trabalho pré-capitalistas, com baixíssimos níveis de qualificação da força de trabalho, um setor financeiro pouco desenvolvido, além da quase total ausência de um setor produtor de bens de capital (máquinas, equipamentos, instalações etc.), a acumulação de capital dependia fundamentalmente dos recursos públicos” (TEIXEIRA, 1995, p. 10).

(8) “Desse modo, manteve-se a estrutura industrial existente antes da política de incentivos fiscais, com o predomínio das atividades consideradas tradicionais que utilizam matérias-primas locais” (AMORA, 1994, p. 127).

(9) “Esses dirigentes tinham claro que a eles cabia a tarefa de libertar o Ceará do domínio dos ‘coronéis’, que impedia a sociedade de marchar para a modernidade, para uma sociedade da razão” (TEIXEIRA, 1995, p.4).

(10) Podemos usar como exemplo a construção do novo aeroporto Pinto Martins e a montagem do complexo industrial e portuário do Pecém.

(11) A maioria deles, todavia, não saiu do papel, como é o caso da refinaria que seria aberta no Porto do Pecém e do SIDNOR (Projetos de Laminados de Aços Planos).

Referências bibliográficas

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Neodesenvolvimentismo no Ceará. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, 28: 3: 327-345, 1997.

ALMEIDA, Manoel Bosco de. SILVA, Almir Bittencourt da. Ceará. In: AMARAL FILHO, Jair do. **Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará**. Fortaleza: Edições INESP, 2000.

AMORA, Zenilde Baima. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). **História do Ceará**. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

ANDRADE, M. C. de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Industrialização do Nordeste. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estudos Avançados**. SP, 29: 11: 7-36, 1997.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

CARLEIAL, Liana. **Avaliação da política industrial do Ceará**. Fortaleza: IEL/FIEC, 1983.

COSTA, Eurico Rocha Barbosa. **A Intervenção do Estado na economia nordestina**. Fortaleza: 1997.

FERREIRA, Assuéro. O crescimento recente da economia cearense. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 26: 2: 157-180, 1995.

GONDIM, Linda Maria de Pontes. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In: SOUZA, Simone de. **Uma nova história do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **Desenvolvimento sócio-econômico do Estado do Ceará**: conferência proferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado do Ceará, Cel. Virgílio Távora. Fortaleza, 1980.

_____. **Plano plurianual – política industrial**. Fortaleza, 1995.

IPLANCE. **Anuário estatístico do Ceará – 1998/1999**. Tomo 2: economia e finanças. Fortaleza, 2000.

LIMA, Luiz Cruz. A industrialização recente do Ceará. **Anais do Encontro de Geógrafos da América Latina**. Buenos Aires, 23 de março de 1997.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARANHÃO, Sílvio. O desenvolvimento do Brasil e do Nordeste. In: **Relatório norte sul: o Brasil e o Nordeste**. Fortaleza: SEPLAN/IPLANCE, 1991.

NOBRE, Geraldo. **O processo histórico de industrialização do Ceará**. Fortaleza: FIEC, 1989.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

SILVA, José Borzacchiello da. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coord.). **História do Ceará**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

SMITH, Roberto. **Troca desigual e industrialização no Nordeste**. São Paulo: IPE-USP, 1985.

SOARES, Francisco de Assis. O pioneirismo do Ceará em programas de indústria. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, 20: 3: 247-265, 1989.

SOJA, Edward W.. **Geografias pós-modernas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **CIC**. Fortaleza: IMOPEC/ADUFC/CUT/CPT, 1995.